



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 26

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 1961

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.

1.º Secretário: Senador Cunha Mello.
2.º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
4.º Secretário: Senador Novaca Filho.

1.º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2.º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.).
Vice-Líderes

Victorino Freire (P.S.D.).
Lima Teixeira (P.I.B.).
Lobão da Silveira (P.S.D.).
Paulo Fender (P.I.B.).

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:

Rui Palmeira (UDN).
Afonso Arinos (UDN).
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-líder: Gaspar Veloso.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo.
Vice-líderes: Vivaldo Lima — Saulo Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Vice-Líder: Noves Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.
Vice-Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

SENADO FEDERAL

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti
Gilberto Marinho
Novas-Filho
Mathias Olympio
Heribaldo Vieira.

Secretário: Evandro Mendes Viana.
Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Pericles
Jefferson de Aguiar
Ruy Carneiro
Caetano de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atílio Vivacqua

PSD:

1.º Gaspar Veloso
2.º Jacobas Maranhão
3.º Francisco Gaiotti
4.º Ari Viana

PTB:

1.º Mourão Vieira
2.º Barros Carvalho
3.º Lima Teixeira

UDN:

1.º Afonso Arinos
2.º João Arruda
3.º João Villasboas

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Fávora — Vice-Presidente
Alô Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Guilherme Mondim
João Parente
Sergio Marinho

SUPLENTE:

PSD:

1.º Eugênio Barros
2.º Jefferson de Aguiar
3.º Mendonça Clark (de PR)

PTB:

1.º Argemiro de Figueiredo
2.º Fausto Capral
3.º Nelson Maculan (*)

UDN:

1.º Reginaldo Fernandes
2.º Fernando Corrêa
3.º Iriz Bornhausen
Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quinze-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Barbas Maranhão
Barros Carvalho — Presidente (delegado)
Paulo Fernandes
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

SUPLENTE:

PSD:

1.º Lobão da Silveira
2.º Sebastião Archer

PTB:

1.º Lima Teixeira
2.º Leônidas Melo (*)

UDN:

1.º Afonso Arinos
2.º Milton Campos

PL:

Secretária: Olza José Muniz de Melo, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspar Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gaiotti
Victorino Freire
Vago
Jorge Maynard

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

(*) Substituído temporariamente

Caetano de Castro
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernandes Fávora
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mem de Sá

SUPLENTE:

PSD:

1.º Menezes Pimentel
2.º Jefferson de Aguiar
3.º Ruy Carneiro
4.º Jacobas Maranhão
5.º Eugênio Barros
6.º Silvestre Pericles

PTB:

1.º Nelson Maculan
2.º Arlindo Rodrigues
3.º Sr. Antonio Baltar (6-7 60).
4.º Guido Mondim
5.º Paulo Fender
6.º Lima Teixeira

UDN:

1.º Milton Campos
2.º Padre Calazans
3.º Rui Palmeira
4.º Coimbra Bueno
5.º João Arruda

PL:

6.º Vago
Sec. Ato: Renato Chermont, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Caetano de Castro
Paulo Fender
Irineu Bornhausen
João Arruda

SUPLENTE:

PSD:

1.º Ari Viana
2.º Francisco Gaiotti
3.º Sebastião Archer

PTB:

1.º Miguel Couto
2.º Lourival Fontes
3.º Vivaldo Lima
4.º Dix-Huit Rosado
5.º Padre Calazans

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Comissão de Redação

TITULARES

Argemiro de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente
Ari Viana

UDN:

Afonso Arinos
Padre Calazans
Fausto Cabral

SUPLENTE

PSD:

Menezes Pimentel
Ruy Carneiro

PTB:

Lourival Fontes

UDN:

Daniel Krieger
Joaquim Parente
Secretária: Vera de Alvaranga Ma-
tra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 ho-
ras.

Comissão de Relações
Exteriores

TITULARES

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presi-
dente
Gaspar Veloso
Paulo Fernandes
Lourival Fontes
Miguel Couto
Vivaldo Lima
Rui Palmeira
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

Menezes Pimentel
Jefferson de Aguiar
Lobão da Silveira

PTB:

Argemiro de Figueiredo
Fausto Cabral
Vago

UDN:

Milton Campos
João Arruda
Secretário: João Batista Castefon

PL:

Branco, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,30
horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Miguel Couto
Paulo Mendes

SUPLENTE

PSD:

Argemiro de Figueiredo
Eugenio Barros

PTB:

Vivaldo Lima
Saul Ramos

UDN:

Fernando Corrêa
Sergio Marinho
Secretária: Maria de Lourdes Oli-
veira Rodrigues — Oficial Legislativo
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 ho-
ras.

Comissão de Segurança
Nacional

TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente
Calisto de Castro — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Jarbas Maranhão
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

PSD:

Francisco Gallotti
Ruy Carneiro
Vago

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 186,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
Ano Cr\$ 176,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

PTB:

1º Saulo Ramos
2º Lima Teixeira

UDN:

1º Fernandes Távora
2º Dix-Huit Rosado
Secretária: Maria do Carmo Ron-
don Ribeiro Saraiva, Oficial Legisla-
tivo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 ho-
ras.

Comissão de Serviço Público
Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
Ari Viana
Calisto de Castro
Nelson Maculan
Joaquim Parente
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Ruy Carneiro
2º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Leônidas Melo
2º Guido Mondim

UDN:

1º Coimbra Bueno
2º Padre Calazans

PL:

Vago
Secretária: Italina Cruz Alves —
Oficial Legislativo.
Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas

Comissão de Transportes,
Comunicações e Obras
Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente
Joaquim Parente — Vice-Presidente
Eugenio Barros

Nelson Maculan
Coimbra Bueno

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Vitorino Freira

PTB:

Barros Carvalho

UDN:

1º Sérgio Marinho
2º João Arruda
Secretária: Julieta Ribeiro dos San-
tos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 ho-
ras.

Comissões Especiais

Comissão Especial de Estudo
dos Problemas de Sêca do
Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente

Francisco Gallotti
Arlindo Rodrigues
Jorge Maynard
Secretária: Julieta Ribeiro dos
Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo
dos Problemas do Vale do
Rio Doce

Benedito Valadares — Presidente
Lima Teixeira

... (vaga).
Jorge Maynard
Atílio Vivacqua
Secretária: Julieta Ribeiro dos
Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Mudança
da Capital

Coimbra Bueno — Presidente
Paulo Fernandes — Vice-Presidente
Atílio Vivacqua
... (vaga de Sen Lima Guimarães).

Lino de Matos.
Secretário: José Soares de Oliveira
Filho, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo
da Política de Produção e
Exportação.

Lima Teixeira — Presidente
Fernandes Távora — Vice-Presi-
dente.

Francisco Gallotti
Gilberto Marinho
Gaspar Veloso
Mourão Vieira
Guido Mondim
Coimbra Bueno
Atílio Vivacqua
Secretário: José Soares de Oliveira
Filho — Oficial Legislativo.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão de Constituição
e Justiça

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE
NOVEMBRO DE 1960

(7ª Extraordinária)

As 16 horas, na Sala das Comis-
sões, sob a presidência do Sr. Lou-
rival Fontes, Presidente, presentes os
Srs. Daniel Krieger, Argemiro de Fi-
gueiredo, Menezes Pimentel, Silvestre
Péricles, Milton Campos, Atílio Vi-
vacqua e Ary Viana, Suplente, reu-
ne-se a Comissão de Constituição e
Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo
justificado, os Srs. Rui Palmeira,
Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro e
Calisto de Castro.

Comparece, também, o Sr. Deputado
Pedro Aleixo.

É lida e aprovada a ata da reu-
nião anterior.

Dando início aos trabalhos cons-
tantes da pauta, o Sr. Presidente con-
cede a palavra ao Sr. Argemiro de
Figueiredo que apresenta parecer fa-
vorável ao Projeto de Lei da Câmara
nº 84, de 1960, que cria regime espe-
cial de desapropriação por utilidade
pública para execução de obras no
Polígono das Secas.

Em discussão a matéria pede a pa-
lavra o Sr. Pedro Aleixo que, ini-
cialmente, agradece a oportunidade de
saudar os eminentes membros da Co-
missão de Justiça do Senado. Depois
de tecer considerações quanto ao Pro-
jeto de Lei da Câmara nº 84, de 1960,
conclui fazendo um apelo à Comissão,
a fim de que a proposição seja apro-
vada.

Depois de breves debates, é o pa-
recer aprovado por maioria de votos.

Ainda, o Sr. Argemiro de Figuei-
redo oferece parecer, pela aprovação
do Projeto de Lei da Câmara nº 187,
de 1959, que dispõe sobre a inscrição
de funcionários e servidores da
Justiça em concursos públicos de pro-
vas e títulos. Em seu parecer, escla-
rece o Relator, que "a proposição de
constitucional, tem a vantagem de re-
vogar uma lei que se conflita com a
letra e o espírito de textos consagra-
dos na Constituição". Diz, ainda, que
"os arts. 184 e 141, § 1º da Carta
Magna assegura a todos os brasileiros,
o acesso aos cargos públicos e consa-
gra, também, o princípio básico da
democracia, que é a igualdade de to-
dos perante a lei".

Acrescenta, a seguir, que "o pro-
jeto, quanto ao mérito é incontestá-
vel, abre as portas dos cargos pú-
blicos de especialização aos especiali-
zados". Conclui pela constitucional-
idade e pela aprovação da matéria.

Em discussão e votação, é o parecer
aprovado pela Comissão.

O Sr. Argemiro de Figueiredo apresenta, ainda, parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1960, que aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o B.M. World Trade Corporation, na locação de máquina elétrica de contabilidade e estatística. O parecer pela aprovação em face da circunstância de que a dotação orçamentária prevista para execução do contrato, estava da Lei de Meios de 1958, cujo exercício ficou encerrado a 31-12-1958.

Em discussão e pôsto a votos, é revogado o parecer.

Oferce, ainda o Sr. Argemiro de Figueiredo os seguintes pareceres, revogados pela Comissão:

— pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1930, que dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais. (Apresentado pelo Sen. Moirão da Silva);

— pela constitucionalidade das emendas de ns. 1 a 4 mas pela rejeição quanto ao mérito das mesmas emendas oferecidas ao Projeto de Lei Câmara nº 217 de 1958, que dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários federais e dos empregados auxiliares da União que participaram operações de guerra na Força Exacionária, na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil, ou receberam a Medalha da Campanha do Lítico Sul.

— dada a palavra ao Sr. Menezes Pimentel que oferece os seguintes pareceres, aprovados pela Comissão:

— pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1960, que concede pensões sociais a Maria do Amparo Medeiros e Lúcia Costa Perlingeiro;

— pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1960, que concede pensão vitalícia de Cr\$ 30.000,00 a D. Anita Ritz Bayma, viúva do ex-senador Antônio Alexandre Bayma.

Sr. Menezes Pimentel apresenta parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1959, que concede auxílios para as comemorações do bicentário da criação do Santuário do Bom Jesus de Matosinho das Bonhas do Campo. Opina pela votação do projeto nos termos do titutivo da Comissão de Educação e Cultura.

Em discussão e votação, é o parecer revogado pela Comissão.

Em a palavra, o Sr. Atílio Vieira lê parecer sobre o Memorial de 1960, em favor de João Pude Oliveira, solicitando reparação aos prejuízos que sofreu referentes às promoções que não foram feitas nas épocas competentes. Conclui pelo parecer nos seguintes termos:

“O assunto se esgotou, com a decisão do Poder Judiciário, deve-se respeitar o seu veredito; e, se tal aconteceu, cabe ao Suplicante para reparar. Assim, opinamos pelo arquivamento do Memorial, nos termos do art. 417, § 1º do Regulamento Interno (Resolução nº 2, de 1959), fazendo-se a devida comunicação à autoridade competente.”

— havendo quem fizesse uso da palavra, o Sr. Presidente, submete a votação o parecer, que é, a seguir, aprovado pela Comissão.

— mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Rondon Ribeiro Saraiva, ária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 3ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 2 DE MARÇO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. FILINTO MULLER — NOVAES FILHO.

As 14,00 horas e 33 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Mendonça Clark — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Dix Rui Rosado — Novaes Filho — Silvestre Pérciles — Jorge Maynard — Lima Teixeira — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Venâncio Igrejas — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — João Villasbôas — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Francisco Gallotti — (26).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores. Havendo o número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 1.º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Telegrama:

Do Sr. Presidente da Petrobras do seguinte teor:

Petrobras — Petróleo Brasileiro. Serviço de rádio e comunicações. Rio — 16 — 30 1/3 Hrs. 11,00. PPA-25 11,33 por 1/3 ES/-N. Presidente Senado Federal Brasília. Comunico vossência assumi hoje cargo Presidente Petrobras para o qual fui distinguido por honrosa confiança Excelentíssimo Senhor Presidente República pt atenciosas saudações. Geonísio Carvalho Barroso — Presidente.

Radiotelegrama:

Da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos seguintes termos:

“Ante o noticiário que anuncia o reatamento de relações diplomáticas do Brasil com países da ‘cortina de ferro’ — Hungria, Bulgária, Romênia, Letônia, Lituânia, Estônia — não podemos esconder a sua preocupação e seus temores todos os elementos naturais dessas nações, que se encontram em nossa terra e que, tendo deixado suas pátrias na fuga das perseguições do comunismo, aqui se encontram trabalhando e ajudando a construir a grandeza deste País de liberdade.

“E’ com justa razão que todos quantos conhecem o terror vermelho, sentindo-o em suas próprias carnes e vendo-o infelicitizar seus países natais, e que miraculosamente conseguiram escapar à sua sanha, sentem tremer sob os pés também a generosa terra brasileira, que ontem os acolheu como uma segunda pátria, mas hoje, está ameaçada de tornar-se para eles num segundo lugar de intranquilidade e de opressão.

“De fato, com o restabelecimento das relações diplomáticas com países que o regime comunista desgraça, o Brasil vai abrir seu território à espionagem e aos métodos de perseguição que o mundo reconhece como típicos de bolchevismo e que aqui apontarão sob o disfarce das embaixadas e da diplomacia.

“Por essas razões, interpretando o pensamento e o sentimento de todos quantos em solo brasileiro se sentiam

em segurança, dirigimo-nos aos ilustres representantes do povo brasileiro, através do eminente parlamentar e líder, para pedir-lhe transmita à egrégia Casa o protesto que lançamos contra o perigo da nova política de relações exteriores, protesto que nasce da angústia que domina os corações dos húngaros, búlgaros, romenos, letões, lituanos, estonianos hoje em nossa terra.

“Com esse protesto, fazemos também em nome dessas criaturas humanas, que conheceram os horrores do comunismo, um pedido aos ilustres representantes do povo, no sentido de que deem uma amostra clara de seu bom senso, opondo-se a toda e qualquer medida que vise concretizar o desastre do reatamento dessas relações diplomáticas.

“Ilumine o Criador a todos os responsáveis pelo futuro desta generosa terra e possamos nós, aconteça o que acontecer, guardar tranqüila a consciência, por haveremos lutado, sempre e ainda agora, na intenção de prevenir para evitar que a Pátria sofra o irreparável.”

(a) Conceição da Costa Neves

Pedro Paschoal

Leônicio Ferraz Júnior

Augusto do Amaral

Jacob Salvador Zveibil

Leônidas Camarinho

Pinheiro Júnior

Vicente Botta

Jacob Pedro Carolo

Francisco Franco

Wilson Lapa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, uma comissão designada pelos interessados, deve encontrar-se hoje com o honrado Sr. Presidente da República para debater questão que vem suscitando muitos comentários, qual seja a do novo horário estabelecido para as repartições federais e autárquicas.

Com a serenidade que me é peculiar e com o espírito de justiça de que me acompanho sempre, para comentar fatos e conhecimentos, devo dizer que o horário de dois turnos seria, sem dúvida, o mais conveniente aos interesses do público e das partes. Ocorre, entretanto, que nos grandes centros urbanos as deficiências de transporte são tamanhas, que dois turnos, certamente, ocasionariam aos funcionários sensíveis transtornos, no que diz respeito à sua locomoção.

Na minha histórica e formosa cidade do Recife, a terceira do País em população, posso dar testemunho de que o problema do transporte é realmente dos mais graves e não teve ainda solução conveniente, dadas as grandes exigências daquela importante capital do Norte do país.

Dai, por que, Sr. Presidente, se me afigura justo que o honrado Senhor Presidente da República, examinando as fórmulas que lhe serão entregues, resolva o assunto de modo a evitar o funcionalismo da União, inclusive o das autarquias, as dificuldades que todos nós reconhecemos no que diz respeito ao transporte nos grandes centros urbanos.

Quanto a mais uma hora de trabalho, parece-me perfeitamente cabível, no momento em que todos os esforços devem ser comados para melhor rendimento, sobretudo, dos serviços públicos.

Entendo, Sr. Presidente, que o funcionalismo, de bom grado, dará o seu contingente de energia e dedicação à coisa pública.

Outro assunto de que desejava tratar neste momento, Sr. Presidente, refere-se ao curso de Geologia, criado na Universidade do Recife.

Já o nobre Senador Antônio Baltar informara esta Casa das grandes dificuldades surgidas, sobretudo depois de certas atitudes que ele próprio, como professor da Escola de Engenharia do Recife, considerou exageradas e como de quebra de hierarquia dos estudantes do referido curso.

A verdade, porém, é que não só naquele curso, mas nas escolas primárias e universidades, reina onda de anarquia e indisciplina, onda essa que vai atingindo outros setores do trabalho e de organização.

Mas para as faltas cometidas por estudantes, os próprios regulamentos escolares apontam medidas punitivas disciplinares e nunca daí surgiram livros ou justificações para prejudicar-se em curso de formação de técnicos, o único existente em todo o Norte do Brasil, sabendo-se que cursos congêneres existem no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre.

Oriou-se, Sr. Presidente, uma situação de imensas dificuldades, porque as verbas não estão sendo entregues àquele curso e não foram, ainda, contratados professores para as disciplinas que constituem o quarto ano, ou seja, o último ano.

Sr. Presidente, formulo, daqui, um apelo ao honrado Sr. Presidente da República para que envie um dos seus famosos memorandos ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de que o titular examine o caso do curso de Geologia da Universidade do Recife e adote providências para que não sofra nenhum prejuízo aquele centro de ensino e de preparação técnica, tão indispensável, nesta hora quando as esperanças do País se voltam para as grandes e futuras explorações das riquezas do subsolo. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente, orador inscrito.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, transmito, nesta oportunidade, quando retorno de meu Estado, a mais viva satisfação do piauiense em virtude das medidas tomadas pelo Presidente Jânio Quadros em prol do desenvolvimento do Piauí.

Realmente, Senhores Senadores, as promessas do candidato não foram esquecidas e nem estão desmerecendo o Presidente eleito. Determinou o Ilustre Chefe da Nação providências imediatas a fim de que obras essenciais fossem prosseguidas num ritmo mais acelerado como, igualmente, outras fossem iniciadas.

E’ o caso da reparação da ponte metálica sobre o rio Parnaíba, ligando Teresina ao Maranhão, que foi duramente atingida pelas últimas enchentes. O Senado é testemunha do trabalho constante e tenaz das bancadas piauiense e maranhense no sentido da restauração dessa importante obra de arte que, além de ligar dois Estados, igualmente, concorre para interligar regiões econômicas que se completam, contribuindo assim para melhorar as condições econômicas do Norte e do País. O governo recém-fimado, apesar das suas promessas reiteradas, nada fez. Agora, felizmente, estamos certos de que, dentro em breve, a ponte estará totalmente recuperada, inclusive quanto ao seu tráfego ferroviário pois os trens que saíndo de São Luiz demandam a Teresina, têm presentemente o seu término na cidade de Timon, no Maranhão.

Outra medida que teve grande repercussão no Estado foram as determinações presidenciais em torno do aeroporto de Teresina. E’ lamentável, e triste mesmo declarar, que, até hoje, o único aeroporto de capital que não recebe aviões de maior envergadura é o de Teresina, lá pousando apenas os chamados Douglas. Tem sido, também, luta constante a da representação federal piauiense junto aos poderes da República, particu-

mente o Ministério da Aeronáutica, para que termine as obras do aeroporto. Velhas são incluídas no orçamento, liberações são processadas, e o ritmo de trabalho é moroso e lento. Somente no término do governo anterior é que se processaram com ritmo mais acelerado. Contudo, estas coisas, de que, para breve, Teresina tem a um aeroporto condigno. Espero ainda que não deixará de ser atendido o aeroporto de Parnaíba, cujas obras estão praticamente no seu término, faltando apenas a pavimentação parcial da pista.

Mas, Sr. Presidente, o interesse do Presidente Jânio Quadros não parou aí. Foi mais longe, e, cumprindo promessa da campanha, determinou providência a respeito da barragem sobre o rio Parnaíba, que trará energia abundante, regularizará a navegação no rio e permitirá a irrigação de uma vasta região assolada pela seca.

Esta obra representa para os piauienses a redenção do seu Estado, retirando-o da condição de ser a unidade federativa mais pobre e mais subdesenvolvida do país.

Ao me congratular com S. Exa. pelo interesse demonstrado em favor do Piauí, não posso deixar de fazer dois apêlos que, estou certo, serão levados na devida conta. O primeiro é para que não sejam incluídas no plano de economia que o governo federal está organizando, aquelas verbas fundamentais para o desenvolvimento do Estado, o mais desassistido, até hoje, pela União e que, entretanto, oferece grandes possibilidades econômicas, particularmente no setor agro-pastoril.

O segundo, é que conforme a notícia que li recentemente, segundo a qual a primeira visita do Presidente Jânio Quadros ao Norte seria à Capital de meu Estado, quando, então, entraria em contacto com governadores das regiões vizinhas.

Se os piauienses, Sr. Presidente, se rejubiliam com as medidas adotadas pelo Presidente da República mais ainda ficariam satisfeitos se, realmente, fosse escolhida a sua Capital para essa importante reunião. Desde já, em nome do povo piauiense, tenho a honra e a satisfação de formular convite a S. Exa. a fim de que vá ao Piauí que o receberá de braços abertos. (Muito bem; muito bem.)

Durante o discurso do Sr. Joaquim Parente, o Sr. Filinto Muller deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Novaes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa comunicacão que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.
É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 2 de março de 1961.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a vossa Excelência e, pelo seu alto intermédio, ao Senado Federal, que me ausentarei do país por alguns dias, em princípio de abril do corrente ano, a fim de participar, na qualidade de membro do Conselho da União Interparlamentar, dos trabalhos da reunião desse órgão, a realizar-se em Ginebra nos dias 8 e 9 do mesmo mês.

Atenciosas saudações,
Filinto Muller.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, voltei desanimado de via-

gem que acabo de fazer ao meu Estado, a Bahia, onde tive ensejo de visitar a região do Recôncavo, cujos agricultores, há muitos anos, se dedicam à lavoura da cana, e agora também desenvolvem o plantio do denominando cacau-catango ou cacau branco.

Entre em contacto com aqueles agricultores e notei em todos eles o desânimo, o desalento e o desencanto em prosseguir plantando cana de açúcar, outrora o sustentáculo econômico do Brasil, como a História revela.

De algum tempo a esta parte, vim assistindo o fenómeno para o qual tenho sempre chamado a atenção da Casa — enquanto o Estado de São Paulo, outrora pequeno produtor de cana de açúcar e hoje o maior do País, inclusive com excesso de produção, estima a sua safra, este ano, em cerca de vinte e cinco milhões de sacas de açúcar, a Bahia, que já foi o primeiro produtor, é, em nossos dias, o quinto, caminhando para sexto.

Pergunta-se, então, por que esse desequilíbrio entre duas Regiões, a Norte-Nordeste e a Sul. Por que Pernambuco, que foi o maior produtor de açúcar deste País até relativamente pouco tempo, talvez há uns oito anos, hoje está muito aquém de São Paulo, mas muito aquém mesmo? Por que pergunta-se? A resposta não há de demorar.

São Paulo era grande produtor de café. Passou, porém, a devastar suas plantações, a exterminar seus cafezais de menor produtividade para plantar cana de açúcar. Enquanto isso o Paraná, que não era grande produtor de café, veio a ocupar lugar de destaque, figurando, hoje, no mercado nacional, com sensível vantagem sobre São Paulo.

Os produtores de cana de açúcar, no Estado de São Paulo, bem organizados, dispõem de cooperativas, de uma federação que abriga grande número de associações rurais. Há mesmo, da parte dos agricultores paulistas, entusiasmo e interesse em desenvolver essas lavouras. Adubam, irrigam e preparam o solo, de modo a obter maior rendimento por hectare. E têm-no conseguido, a despeito de minha terra — aquela terra do Recôncavo Baiano — ser considerada a melhor do Brasil e uma das melhores do universo quanto à sua constituição, pois, todos sabemos, o massapé baiano é formado de terreno argilo-silicoso e humoso. Na expressão do técnico que escreveu "O Drama do Açúcar", Gileno de Carli, essa terra é das mais ricas existentes no Brasil, se não a mais rica. Mesmo assim, assistimos ao decréscimo da produção da cana de açúcar.

A explicação para esse fenómeno não é tão difícil de se encontrar. São Paulo, dispõe de recursos financeiros e econômicos para proporcionar aos agricultores maiores facilidades de crédito, na época própria do plantio; São Paulo conta, além disso, com a técnica e com todos os meios para possibilitar ao homem do campo a realização de grandes culturas, com o barateamento da mão de obra, em função da maior produtividade; São Paulo tem melhores condições para colocar o produto. Em geral, nos Estados do Norte, os produtores de cana de açúcar abastecem-se a si próprios, pois somente os do Sul têm possibilidades de exportar. O Estado do Sergipe, cuja produção é semelhante à da Bahia, tem capacidade de absorção muito pequena, no seu mercado interno. Assim, toda a sua produção é colocada no Sul, especialmente em São Paulo.

Pernambuco, da mesma sorte, é grande produtor de açúcar, mas o sucesso de suas vendas depende inteiramente do Sul, onde sua exportação encontra mercado.

Diante desse quadro, Sr. Presidente, passarei a uma análise ligeira dos primeiros atos do Governo do Sr. Jânio Quadros.

S. Exa. tem expedido centenas de bilhetes. Não sei mesmo onde o Presidente vai com tantos bilhetinhos. Oreio mesmo que precisará nomear outra Comissão, para saber se os bilhetes estão sendo cumpridos à risca, nos prazos determinados de 10, 30 e 40 dias. Enfim, uma enxurrada de bilhetes; alguns contêm realmente soluções, outros as encaminham ou promovem meios para que estas sejam tomadas em consideração pelos Ministros. Esse número fantástico de bilhetes vem demonstrar, efetivamente, que o Sr. Jânio Quadros não veio com um programa de governo, a exemplo do Presidente Juscelino Kubitschek que, desde a campanha sucessória, afirmava, em praça pública, levaria a efeito o seu programa de governo, comprometer-se com o povo e cumpriu. O outro, não. O Sr. Jânio Quadros não veio, repito, com nenhum programa. No momento, se programa se faz através dos bilhetes. Bilhetes a mãos-cheias, a respeito dos quais a "Hora do Brasil" dedica quase todo o seu tempo.

Esses memorandums são dirigidos aos Ministros de Estado, que comumente deles só vêm tomar conhecimento depois de publicados. Não há, porém, um que se refira à agricultura. Este, aliás, era o ponto fraco do Governo passado.

Sempre afirmei que o Presidente Juscelino Kubitschek realizou grande obra administrativa, mas não no setor da agricultura. Já o disse nesta Casa porque como seu amigo, integrante da Maioria, não ocupava a tribuna só para tecer referências elogiosas às boas ações, e à obra administrativa de S. Exa, mas também para criticar, quando necessário, o que fiz muitas vezes, no tocante ao setor agrícola.

Se o Sr. Jânio Quadros quiser acertar — o que não ocorre no momento, porque S. Excelência por enquanto está arranjando muitos adversários, entre muitas classes, principalmente na do funcionalismo público — com os homens do campo, pelo menos, S. Exa tem campo vastíssimo para atender às suas justas reivindicações.

Quem demanda o Norte e Nordeste, quem viaja pelo interior dos Estados — não quero fixar-me propriamente nesta ou naquela Unidade da Federação, mas em qualquer Estado, salvo São Paulo, verifica a pobreza, o desencanto da população, porque, na realidade, a agricultura não foi assistida como deveria. Não há crédito fácil e a longo prazo.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Não estou de acordo com o que afirma V. Exa. O Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira atendeu razoavelmente à agricultura e à pecuária. Só no meu Estado, em três municípios — Iumbiará, Rio Verde e Santa Helena, houve financiamento para compra de tratores de mais de um bilhão de cruzeiros, tanto assim que nessas comunas é esperada uma produção de arroz da ordem de quatro milhões de sacas. Vê V. Exa que o Sr. Juscelino Kubitschek não desprezou tanto assim a lavoura.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Meu nobre colega, quando falo de um programa de Governo não é no sentido regional. É possível que o Estado de V. Exa tenha sido assistido. O ideal seria que S. Exa tivesse feito com a agricultura o que fez com a indústria, dando-lhe esse avanço extraordinário, que todos reconhecemos.

O Sr. Pedro Ludovico — Sabe V. Exa o montante do financiamento

concedido pelo Banco do Brasil agricultura?

O SR. LIMA TEIXEIRA — A pouco mais do que nos anos anteriores.
O Sr. Pedro Ludovico — Mais vinte bilhões.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exa acha muito?...

O Sr. Pedro Ludovico — Já é muita coisa. Não se pode dizer p-tanto, que S. Exa não tenha atendo à meta da lavoura.

O SR. LIMA TEIXEIRA — para um País com doze milhões de pessoas dedicadas à agricultura?

O Sr. Pedro Ludovico — Ah, ontem, em discurso que pronunciei declarei que a safra de arroz do Grande do Sul, para este ano, é 18 milhões e a de Goiás, de 10 milhões.

O SR. LIMA TEIXEIRA — porventura eu aceitasse os argumentos de V. Exa, iria admitir que o governo Juscelino Kubitschek cru os braços, o que não está nas minhas cogitações, porque não expressa verdade.

Quero dizer que S. Exa entre metas do seu governo deveria dar prioridade à agricultura, muito mais mesmo do surto de progresso que primou ao setor industrial. Inegavelmente, temos de reconhecer que Presidente Juscelino Kubitschek extraordinário avanço no setor industrial e em outros setores. Na agricultura, se tivéssemos de mencionar alguma coisa, citaríamos o aumento tonelagem de silos no País, mas a da assim não é o bastante. Dever ter criado, planejado, pelo Ministério da Agricultura que aliás, é do Partido Trabalhista Brasileiro — um tema de incremento à agricultura.

O Sr. Pedro Ludovico — Pernambuco um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com satisfação.

O Sr. Pedro Ludovico — Concorria com V. Exa se dissesse que pequenos agricultores não foram atendidos pelo Banco do Brasil ou qualquer instituição de crédito criada para ampará-los. Ai, estou de acordo com V. Exa, porque a burocracia impede que os pequenos, os pequenos agricultores obtenham esse financiamento.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Esos pequenos agricultores representam oitenta por cento e não foram realmente atendidos; os vinte por cento restante são realmente grandes, e capacidade que dispõem de bens, propriedades, etc.

O Sr. Pedro Ludovico — Os pequenos conseguem muito. Refiro-me a esses pequenos agricultores que não têm terras, que os usam como agregados como meeiros, como posseiros.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Esses são os que merecem assistência, grandes não precisam.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa sabe que é difícil atender a essa gente, porque o Banco do Brasil, ou qualquer estabelecimento que possa atender-lhes, fica sujeito a prejuízos enormes, porque não têm garantida os pequenos agricultores não podem dar a terra como garantia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exa estamos abraçados em matéria de atendimento aqueles que realmente necessitam. Mesmo que o Brasil venha a ter algum prejuízo, este será verificado amanhã em benefício da nação.

Estou de pleno acordo com V. Exa que os anônimos da agricultura os que produzem, não são assistidos como deveriam ser.

O Sr. João Villasboas — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com satisfação.

O Sr. João Villasboas — O nobre Senador Pedro Ludovico refere-se à possibilidade de prejuízo do Banco do Brasil, no financiamento aos pequenos agricultores. Isso se dará, se adotado o método anterior usado pelo Banco do Brasil, do empréstimo direto ao pequeno lavrador, que não dispõe de terras, não dispõe de elementos para garantir o reembolso das importâncias concedidas. Se o Governo tomar a iniciativa de organizar cooperativas, que financiarão a entre-safra, receberão cobertura e se cobrirão da importância financeira, devolvendo o restante ao lavrador; se fizer como já fez o Banco do Brasil, o empréstimo direto, é inteiramente perdido.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex.^a sabe do prejuízo de 3 ou 4 milhões de cruzeiros que teve o Banco do Brasil financiando gado zebu, gado de raça, a homens que tinham haveres, tinham propriedade rural e entretanto deram esse prejuízo ao Banco do Brasil; houve uma célebre lei amparando-os e até mesmo perdoados-os.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Há-de permitir que demonstre: nem sempre a razão está com V. Ex.^a

Embora teoricamente pareça perfeito, praticamente não o é, como vou provar.

Tenho prange prática do assunto porque, no meu Estado, sou também agricultor, sou a minha lavoura, e sou cooperado, tendo sido mesmo um dos ardorosos defensores do cooperativismo. O que ocorre, caros colegas, é que as cooperativas se organizam, e escolhem, naturalmente, os agricultores mais habilitados para dirigi-las; mas, à medida que nos afastamos para o interior longínquo, os homens da agricultura que vão dirigir o cooperativismo não têm noção exata do problema. De sorte que quando o cidadão se inscreve na Cooperativa, ele o faz para retirar o financiamento. Aí a sua primeira preocupação é avaliar sua safra. Feito isso então, o empréstimo é concedido na proporção da avaliação. Naturalmente, findo o primeiro ano, depois safra, é feita a cobrança da importância cedida e raros são os agricultores que podem pagar. Isso pela sua pobreza — refiro-me aos do Norte e Nordeste — e pelo abandono a que são relegados. Os seus recursos dependem das condições climáticas. Se a estação é favorável a safra é boa; se a estação é má a safra é péssima, e aí o homem do campo é liquidado, todo seu esforço é baldado. Só a sua dedicação à terra e sua tenacidade o prendem ao torrão e fazem com que continue a plantar, pois acredita que plantando dá. Ocorre então que o lavrador não pode saldar integralmente seu débito para com a Cooperativa. Logo apenas uma parte e reforma o empréstimo para recuperar sua lavoura. Se a estação é boa a ele consegue atravessar a fase difícil tem com que pagar, mas quando não é não pode fazê-lo. E são muitos os que têm financiamento e, assim, a Cooperativa não mais agüentar-se pois, de acordo com os seus estatutos, financia a juros baixíssimos, já que não tem por finalidade o lucro e sim facilitar ao agricultor.

Se V. Ex.^a fizer uma investigação através do Ministério da Agricultura, para saber quais as cooperativas que subsistiram, verificará que a percentagem — sobretudo dos que anseiam financiamento do Banco do Brasil e de Institutos como o Instituto do Alcool e do Açúcar, ou o Instituto do Mate, é muito pequena.

Eis a razão por que acredito no financiamento direto através do Banco do Brasil e atendendo ao regulamento da própria Carteira de Crédito Agrícola, que determina em um dos seus artigos sejam criados escritórios dessa Carteira do Banco do Brasil, para promover financiamento direto ao agricultor.

Então esse representante da Carteira teria possibilidade de conhecer as forças econômicas dos agricultores, a sua capacidade de trabalho, a sua disposição de ânimo para fixar-se à terra e, dessa forma, facilitar-lhes os recursos necessários para fazer a sua área de terra produzir. Seria melhor do que organizar essas cooperativas; até porque organizá-las para funcionar no interior distante, sem meios de aglutinação dos agricultores, seria perder tempo.

Por que, sendo cooperativista, sou um desanimado quanto às finalidades e os propósitos dessa iniciativa de grande alcance, que é o cooperativismo. Eis a razão por que, baseado na prática, diria que é muito mais fácil, eficiente e prudente que a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil se coloque diante do agricultor com os escritórios, que devem ser instalados nos municípios, sobretudo naqueles agrícolas de maior atividade e produção.

O Sr. João Villasboas — Essa experiência deu péssimos resultados. Já assisti a isso no meu Estado. O homem que vem do Nordeste, caminhando a pé pelo sertão, para se localizar na zona de lavoura e que nunca viu, nem teve em mãos, uma grande importância, talvez nem mesmo Cr\$ 1.000,00, recebe um empréstimo de Cr\$ 20.000,00, como estava dando o Banco do Brasil há alguns anos, a cada lavrador. Ele, que enfrentou a mata para se dedicar à lavoura, de posse dessa importância abre um boliche ou uma vendinha na beira da estrada para ganhar mais dinheiro, com menos trabalho do que na lavoura.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Isso porque não há fiscalização do Banco, que está distante, nas capitais ou nas grandes cidades.

Sr. Presidente, estou aqui apresentando algumas sugestões porque tenho prática e conhecimento do problema. Sou homem vivido no campo. A eu bisavô, meu avô e meu pai foram donos de lavoura. Sou um apaixonado pela agricultura. V. Ex.^a me vê comumente, como bacharel de direito, debatendo da tribuna assuntos de agricultura, por amor à terra e porque conheço os problemas e sei que há solução para os mesmos.

O Sr. João Villasboas — V. Ex.^a, debate esses assuntos com alto conhecimento e raro brilho.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Ex.^a

Sr. Presidente, eis a razão porque entre aquele mundo de bilhetes do Sr. Jânio Quadros selecionei alguns. Há um que se refere à montagem de uma fábrica de tratores no Rio Grande do Sul. S. Ex.^a não fixou uma fábrica, não; nem cogitou de abrir muitas fábricas de tratores.

Eu não digo que se deva instalar fábricas, mas pelo menos que se montem agências dessas fábricas de tratores nos grandes centros de produção agrícola. É uma necessidade. Quem conhece o papel que desempenha a moto-mecanização na agricultura, sabe que este país, para produzir convenientemente e racionalmente, precisa marchar para a moto-mecanização. Abandonar os processos antiquados e anacrônicos dos velhos arados para entrar logo na faixa verdadeira das grandes realizações da agricultura, a começar pelo trator. É do que precisamos.

Em face do amontoado de bilhetes do Sr. Jânio Quadros, peço a S. Ex.^a uma vez que vive tão atento e todo ouvidos a todas as queixas e reclamações, e se desejar sair-se bem do emaranhado em que se tem envolvido — porque S. Ex.^a está metido em cipó — que volte as vistas para o campo e deixe à margem o setor da indústria. Preocupe-se com a multidão que vive no campo. São doze milhões de brasileiros. De sentido à sentença de que o Brasil é país essencialmente agrícola.

Prove que o é. Faça um governo com as vistas voltadas para o campo.

Só assim realizará algo de grande para o país. Abandone os bilhetinhos. As vezes, o trabalho silencioso e mais útil e profícuo do que aquele que alardeia. O alarde no caso é fazer de dois gumes: pode entusiasmar o povo, mas pode converter-se em desânimo e desespero para ele, se as medidas não forem cumpridas. E nós, neste país, duvidamos um pouco dos bilhetes e recomendações.

É melhor S. Ex.^a procurar soluções mesmo que não venham em proporção ao número de bilhetes, mas que sejam limitadas, programadas, para que se realizem realmente.

Tenho, Sr. Presidente, outras sugestões a apresentar.

Ocuparei freqüentemente a tribuna de agora em diante, para analisar atos do Sr. Jânio Quadros, louvando-os ou criticando-os, conforme o caso.

Diminua o Sr. Presidente da República o número de bilhetes e procure realizar mais. Do contrário terá que nomear uma comissão para apurar o prazo para execução do Serviço ordenado nos bilhetes. São tantos, que não sei se algum chegou a ser cumprido! (Muito bem).

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

V — O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito.

Não havendo quorum regimental para a votação da matéria constante da pauta dos nossos trabalhos de hoje, vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a mesma.

ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de março de 1961

7 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 48 de 1960, que suspende a execução do art. 57, nº III, da Lei nº 64, de 21 de fevereiro de 1948, do Estado do Paraná (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 60).

2 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 58, de 1960, que suspende a execução do nº XIX, do art. 34 e do art. 104 da Constituição do Estado do Ceará (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 61, de 1961).

3 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 60, de 1960, que suspende a execução da letra "d" do art. 2º do Decreto número 457, de 21 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 58, de 1961).

4 — Votação, em discussão única, da redação final do Projeto de Resolução 61, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 1.027, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 59, de 1961).

O SR. PRESIDENTE:

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 15 horas 35 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

REPUBLICA-SE POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES

Atos do Diretor Geral

De 9 de fevereiro de 1961

Publicado no D.O.N. — Seção II de 11-2-61

S.º — de José Campos Bricio, Taquígrafo-Revisor, Simbolic PL-2, solicita constar de seus assentamentos o elogio recebido do Sr. Presidente do Senado Federal Dr. João Goulart por ocasião do encerramento dos trabalhos constantes do relatório da Presidência, apresentado em 15 de dezembro de 1960: "Menção especial, porém é devida ao Taquígrafo Revisor José de Campos Bricio, então investido na direção da Taquigrafia. Com pequeníssimo número de companheiros, pois que a maior parte ficou no Rio, pôde dar conta, galharda e brilhantemente de pesadíssimo encargo que lhe foi imposto. Graças à sua excepcional capacidade, que é tem consagrado como verdadeiro expoente da sua difícil e delicada arte e graças também às suas qualidades de orientador. "Deferido".

PORTARIA Nº 14 DE 1º DE MARÇO DE 1961

O Diretor geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Geraldo da Cunha, Oficial Legislativo PL-4, para responder pelo expediente da Diretoria do Arquivo durante o impedimento do seu titular efetivo. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

PORTARIA Nº 15 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Anna Maria Sobral Teixeira Soares Oficial Legislativo, PL-8, das funções que vinha exercendo na Secretaria Geral da Presidência, a partir do dia 11 do corrente mês — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto

Ato do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 50-51 — de José Flávio Motta da Costa, Motorista Auxiliar, Simbolic PL-10, solicitada salário-família em relação a sua esposa Philomena, a partir de janeiro do corrente ano;

Nº 209-60 — de Jorge Pinto de Alvarenga, Auxiliar de Portaria, Simbolic PL-10, solicitando constar de seus assentamentos o elogio publicado no Diário do Congresso Nacional de 23 de abril de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 28 de fevereiro de 1961. — Deolinda Maria Peixoto Braga, Pela Diretoria do Pessoal.